

51 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA

# Termo de Referência 114/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
114/2025	160160-51 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA	IAN CARLOS AIRES SARAIVA	12/02/2026 19:12 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64119.009642/2025-96

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais químicos**, conforme tabela abaixo e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UN	QTD MIN	QTD	VALOR M ÉDIO	VALOR TOTAL
1	<p>Sulfato de Alumínio (Anidro), Fórmula química: Al(SO) Número CAS: 10043-01-3</p> <p>Massa molar: 342,14 g/mol, Aparência física: Sólido cristalino incolor, Odor: Inodoro rau de pureza: Mínimo de 98%, Estado físico: Sólido, Solubilidade: Solúvel em água, Classe: Sal inorgânico,</p> <p><b>QUANTIDADE: 75% TOTAL ESTIMADO</b></p>	359283	Quilograma	100	3750	R\$ 22,33	R\$ 83.737,50
2	<p>Ácido Dicloroisocianúrico (Dcia) Aspecto Físico: Pó Ou Granulado Branco, Odor De Cloro; Peso Molecular: 219,95 G/MOL; Grau De Pureza: Teor Mínimo De Cloro Liberado – 60%; Característica Adicional: Associado À Algicida E Clarificante; (Sistema 3x1); Fórmula Química: C3cl2n3o3na (Sal Sódico).</p> <p><b>QUANTIDADE: 75% TOTAL ESTIMADO</b></p>	636376	Quilograma	100	2225	R\$ 56,09	R\$ 124.800,25
3	<p>Hipoclorito De Cálcio Aspecto Físico: Pó Branco Granulado, Odor De Cloro; Peso Molecular: 142,98 G /MOL; Teor De Pureza: Pureza Mínima De 98% , Teor Mínimo De Cloro 65%; Fórmula Química: Ca Cl2o2 Anidro; Número De Referência Química: Cas 7778-54-3.</p>	356562	Quilograma	100	1000	R\$ 49,34	R\$ 49.340,00
4	<p>Algicida Aspecto Físico: Líquido; Uso: Tratamento Água De Piscina; Tipo: Manutenção; Composição: Poliquaternário De Amônia (60%) 1%, Sulfato Cúpric.</p>	309425	Embalagem 5,00L	50	500	R\$ 85,35	R\$ 42.675,00
5	<p>Algicida Aspecto Físico: Líquido; Uso: Tratamento Água De Piscina;</p>	309426		25	500	R\$ 114,01	R\$ 57.005,00

	Tipo: Choque; Composição: Poliquaternário De Amônia (60%) 2,5%, Sulfato		Embalagem 5,00L				
6	Clarificante Aspecto Físico: Líquido; Aplicação: Piscina; Composição: Policloreto De Alumínio	415362	Embalagem 5,00L	15	500	R\$ 140,28	R\$ 70.140,00
7	Limpa Borda Aspecto Físico: Líquido; Aplicação: Limpeza Borda De Piscinas; Composição: Surfactantes Aniônicos E Não Aniônicos 3% E Quarte	245564	Frasco 1,00 L	50	500	R\$ 35,09	R\$ 17.545,00
8	Cipermetrina Número De Referência Química: Cas 52315-07-8; Apresentação: Concentrado Emulsionável; Concentração: 25% P /V	380116	Frasco 1,00 L	5	200	R\$ 188,00	R\$ 37.600,00
9	<p>Sulfato de Alumínio (Anidro), Fórmula química: Al(SO) Número CAS: 10043-01-3</p> <p>Massa molar: 342,14 g/mol, Aparência física: Sólido cristalino incolor, Odor: Inodoro rau de pureza: Mínimo de 98%, Estado físico: Sólido, Solubilidade: Solúvel em água, Classe: Sal inorgânico,</p> <p><b>QUANTIDADE: 25% TOTAL ESTIMADO</b></p> <p><b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP.</b></p>	428569	Quilograma	100	1250	22,33	R\$ 27.912,50
10	<p>Ácido Dicloroisocianúrico (Dcia) Aspecto Físico: Pó Ou Granulado Branco, Odor De Cloro; Peso Molecular: 219,95 G/MOL; Grau De Pureza: Teor Mínimo De Cloro Liberado – 60%; Característica Adicional: Associado À Algicida E Clarificante; (Sistema 3x1); Fórmula Química: C3cl2n3o3na (Sal Sódico).</p> <p><b>QUANTIDADE: 25% TOTAL ESTIMADO</b></p> <p><b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP.</b></p>	636376	Quilograma	100	775	R\$ 56,09	R\$ 43.469,75
						R\$ 554.225,00	

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Item	Descrição especif	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	<p>Sulfato de Alumínio (Anidro), Fórmula química: Al<sub>2</sub>(SO<sub>4</sub>)<sub>3</sub> (SO) Número CAS: 10043-01-3</p> <p>Massa molar: 342,14 g/mol, Aparência física: Sólido cristalino incolor, Odor: Inodoro rau de pureza: Mínimo de 98%, Estado físico: Sólido, Solubilidade: Solúvel em água, Classe: Sal inorgânico,</p> <p><b>QUANTIDADE: 75% TOTAL ESTIMADO</b></p>	Quilograma	100	3750	5000
2	<p>Ácido Dicloroisocianúrico (Dcia) Aspecto Físico: Pó Ou Granulado Branco, Odor De Cloro; Peso Molecular: 219,95 G/MOL; Grau De Pureza: Teor Mínimo De Cloro Liberado – 60%; Característica Adicional: Associado À Algicida E Clarificante; (Sistema 3x1); Fórmula Química: C3cl2n3o3na (Sal Sódico).</p> <p><b>QUANTIDADE: 75% TOTAL ESTIMADO</b></p>	Quilograma	100	2225	3500
3	<p>Hipoclorito De Cálcio Aspecto Físico: Pó Branco Granulado, Odor De Cloro; Peso Molecular: 142,98 G/MOL; Teor De Pureza: Pureza Mínima De 98% , Teor Mínimo De Cloro 65%; Fórmula Química: Ca Cl2o2 Anidro; Número De Referência Química: Cas 7778-54-3.</p>	Quilograma	100	1000	1000
4	<p>Algicida Aspecto Físico: Líquido; Uso: Tratamento Água De Piscina; Tipo: Manutenção; Composição: Poliquaternário De Amônia (60%) 1%, Sulfato Cúpric.</p>	Embalagem 5,00L	50	500	500
5	<p>Algicida Aspecto Físico: Líquido; Uso: Tratamento Água De Piscina; Tipo: Choque; Composição: Poliquaternário De Amônia (60%) 2,5%, Sulfato</p>	Embalagem 5,00L	25	500	500
6	<p>Clarificante Aspecto Físico: Líquido; Aplicação: Piscina; Composição: Policloreto De Alumíno</p>	Embalagem 5,00L	15	500	500
7	<p>Limpa Borda Aspecto Físico: Líquido; Aplicação: Limpeza Borda De Piscinas; Composição: Surfactantes Aniônicos E Não Aniônicos 3% E Quarte</p>	Frasco 1,00L	50	500	500

8	Cipermetrina Número De Referência Química: Cas 52315-07-8; Apresentação: Concentrado Emulsionável; Concentração: 25% P/V	Frasco 1,00L	5	200	200
9	Sulfato de Alumínio (Anidro), Fórmula química: Al <sub>2</sub> (SO <sub>4</sub> ) <sub>3</sub> Número CAS: 10043-01-3  Massa molar: 342,14 g/mol, Aparência física: Sólido cristalino incolor, Odor: Inodoro grau de pureza: Mínimo de 98%, Estado físico: Sólido, Solubilidade: Solúvel em água, Classe: Sal inorgânico,  <b>QUANTIDADE: 25% TOTAL ESTIMADO</b> <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP.</b>	Quilograma	100	1250	1250
10	Ácido Dicloroisocianúrico (Dcia) Aspecto Físico: Pó Ou Granulado Branco, Odor De Cloro; Peso Molecular: 219,95 G/MOL; Grau De Pureza: Teor Mínimo De Cloro Liberado – 60%; Característica Adicional: Associado À Algicida E Clarificante; (Sistema 3x1); Fórmula Química: C3cl2n3o3na (Sal Sódico).  <b>QUANTIDADE: 25% TOTAL ESTIMADO</b> <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP.</b>	Quilograma	100	775	775

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. **IMPORTANTE:** A contratada deverá observar a essencialidade dos materiais químicos para a manutenção, conservação e o pleno funcionamento das instalações do órgão contratante, considerando que tais insumos são imprescindíveis à salubridade, à continuidade e à eficiência dos serviços, bem como à proteção da saúde dos usuários.

Para fins de atendimento às disposições legais aplicáveis, o objeto encontra-se dividido em itens, sendo que os itens **01 e 02 correspondem a 75% (setenta e cinco por cento)** do quantitativo total, destinados à ampla concorrência, enquanto os itens **09 e 10 correspondem a 25% (vinte e cinco por cento)** do quantitativo total, constituindo cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicada subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste **Termo de Referência**.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste **Termo de Referência**.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

4.1.2. Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 431, de 24/05/2011, e nº 448, de 18/01/2012); e

4.1.3. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.4. A CONTRATADA deverá cumprir as práticas de proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação em vigor, especialmente as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não permitindo que materiais descartáveis e detritos de qualquer natureza sejam lançados em áreas impróprias para descarte, de modo a minimizar eventuais danos ambientais.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, não será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

#### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não haverá vedação de contratação de marca ou produto no processo licitatório.

#### Da exigência de amostra no processo licitatório

4.4. Não haverá exigência de amostra.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5. Condições de Entrega

**5.1.** O prazo para entrega dos bens será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da notificação da emissão da nota de empenho, em remessa única.

**5.2.** Caso não seja possível realizar a entrega na data prevista, a empresa deverá comunicar, por escrito, as respectivas justificativas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para que eventual pedido de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, nos termos da legislação vigente.

**5.3.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**51º Batalhão de Infantaria de Selva — Rodovia Presidente Médici, s/n, bairro Alberto Soares, CEP 68376-035, Altamira/PA.**

**5.4.** O horário ordinário para recebimento será de segunda a quinta-feira, das **09h30min** às **16h20Mmin** e sexta-feira, das **08h30min** às **11h30h**. Para todos os itens, a entrega dos produtos estará condicionada à apresentação, no ato, da documentação exigida por parte do fornecedor.

**5.5.** Os materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal, na área de recebimento de material do setor de Almoxarifado.

## **6. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

**6.1.** O prazo de garantia será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotando-se tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

**6.8.** O fiscal técnico do contrato anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º; Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

**6.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para sua regularização (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

**6.10.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam tomadas as providências necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.12.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

**6.13.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

#### Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato, para fins de atendimento à finalidade da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e das medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como nas eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 7. Infrações e Sanções Administrativas

**7.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, as condutas praticadas pelo Contratado que:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que provoque grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) retardar a execução ou a entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução contratual;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## **7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**

**7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar penalidade mais grave.**

**7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, sempre que não se justificar penalidade mais severa.**

**7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como as condutas das alíneas “b”, “c” e “d”, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave.**

### **7.2.4. Multas:**

**7.2.4.1. Multa moratória, para a infração da alínea “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.**

**7.2.4.2. Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.**

**7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento de cláusulas, conforme art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.**

**7.2.4.3. Multa compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.**

**7.2.4.4. Multa compensatória, para a inexecução total (alínea “c”), de 1% a 30% do valor da contratação.**

**7.2.4.5. Multa compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 1% a 30% do valor da contratação.**

**7.2.4.6. Multa compensatória, em substituição à multa moratória para a infração da alínea “d”, de 1% a 30% do valor da contratação.**

**7.2.4.7. Multa compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% a 30% do valor da contratação.**

**7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante.**

**7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.**

**7.5. Antes da aplicação da multa, será assegurado ao Contratado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa, contado da data da sua intimação.**

**7.6. Caso o valor da multa e das indenizações seja superior ao pagamento eventualmente devido ao Contratado, a diferença será descontada da garantia ou cobrada judicialmente.**

**7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação expedida pela autoridade competente.**

**7.8. A aplicação das sanções observará processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.**

**7.8.1. As notificações serão enviadas eletronicamente aos e-mails informados na proposta comercial e aos cadastrados no SICAF.**

**7.8.2. Os e-mails fornecidos serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações encaminhadas.**

### **7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:**

**7.9.1. a natureza e a gravidade da infração;**

**7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;**

**7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;**

**7.9.4. os danos que dela provierem ao Contratante;**

**7.9.5. a existência, implementação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.**

**7.10. Atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também se enquadrem como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, seguindo o rito e a competência previstos nesta última.**

**7.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada quando utilizada para abuso de direito, facilitação, encobrimento ou dissimulação de atos ilícitos, ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, os efeitos das sanções poderão ser estendidos aos administradores, sócios com poderes de administração, sucessores ou empresas coligadas, observados o contraditório, a ampla defesa e a análise jurídica prévia.**

**7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, informar e manter atualizados os dados das sanções aplicadas no CEIS, CNEP e SICAF.**

**7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

**7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.**

**7.14. Débitos da Contratada com a Administração, relativos a multas e indenizações não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados com créditos decorrentes deste ou de outros contratos, conforme IN SEGES/ME nº 26/2022.**

## **6. Fiscalização**

**6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.**

**6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências imediatas.**

**6.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização, contendo informações sobre obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias de execução, plano complementar (quando houver), métodos de aferição e sanções aplicáveis.**

### **Fiscalização Técnica**

**6.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is), conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.**

**6.7. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI).**

**6.8. O fiscal técnico registrará todas as ocorrências relevantes no histórico de gerenciamento, incluindo faltas e defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).**

**6.9. Identificada irregularidade, o fiscal emitirá notificação determinando prazo para correção (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III).**

**6.10. Situações que ultrapassem a competência do fiscal serão comunicadas ao gestor do contrato (art. 22, IV).**

**6.11. Ocorrências que possam inviabilizar a execução deverão ser imediatamente comunicadas ao gestor (art. 22, V).**

**6.12. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato para viabilizar eventuais renovações (art. 22, VII).**

### **Fiscalização Administrativa**

**6.13. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação, empenho, pagamento, garantias, glosas e aditivos (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, I e II).**

**6.14. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente, reportando ao gestor quando necessário (art. 23, IV).**

**6.15. A fiscalização não exclui a responsabilidade da Contratada por irregularidades técnicas, vícios redibitórios ou**

**materiais inadequados, nem implica corresponsabilidade da Administração.**

## **Gestor do Contrato**

### **6.16. Compete ao gestor do contrato:**

- 6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros da execução (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV);
- 6.16.2. Acompanhar os registros dos fiscais e informar à autoridade superior quando necessário (art. 21, II);
- 6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação e registrar riscos que impactem liquidação e pagamento (art. 21, III);
- 6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação dos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações contratuais (art. 21, VIII);
- 6.16.5. Tomar providências para instauração de processo administrativo de responsabilização (art. 21, X);
- 6.16.6. Elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos e recomendações para aprimoramento (art. 21, VI);
- 6.16.7. Encaminhar documentação ao setor competente para liquidação e pagamento.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de ... (...) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

- 8.10. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 8.12.1. o prazo de validade;
  - 8.12.2. a data da emissão;
  - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e

trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_\_\_(DD/MM/AAAA).

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice geral de preços (IGP-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, de qualquer forma, não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

#### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa e tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

#### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 9.8. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação econômico-financeira**

- 9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

- 9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.
- 9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação técnica

- 9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;
- 9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.34.1. Serão admitidos, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.34.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.34.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Disposições gerais sobre habilitação

- 9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 554.225,00 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133,2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

D) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste **Termo de Referência** não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

Altamira, \_\_\_\_\_ de novembro de 2025.

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens, sem obrigações futuras, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de perder o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que:

1.3.1. o instrumento substitui o termo de contrato, aplicando-se-lhe as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nos anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.



2.2. A vigência poderá ser prorrogada mediante termo aditivo, quando necessário para a conclusão do objeto, exceto nos casos de culpa do Contratado, quando se aplicarão as medidas cabíveis.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;

3.1.2. Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, acerca de vícios, defeitos ou irregularidades, fixando prazo para reparo ou substituição às suas expensas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

3.1.5. Efetuar o pagamento na forma e prazos estipulados;

3.1.6. Aplicar as sanções previstas em lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar a Advocacia-Geral da União, quando necessário, para as medidas judiciais cabíveis;

3.1.8. Decidir sobre solicitações e reclamações relativas à execução contratual, salvo requerimentos protelatórios ou impertinentes.

3.1.8.1. O Contratante terá o prazo de 30 dias, prorrogável uma vez por igual período, para decidir sobre os requerimentos.

3.1.9. Analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 dias;

3.1.10. Notificar os garantidores sobre a instauração de processo administrativo relativo ao descumprimento contratual.

3.2. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, tampouco por danos causados a terceiros resultantes de seus atos ou de seus empregados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no Termo de Referência e neste Anexo, responsabilizando-se pela boa execução do objeto e pelas seguintes obrigações:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado de manual do usuário, em português, e relação de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responder pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Informar ao Contratante, com antecedência mínima de 24 horas, qualquer impedimento ao cumprimento do prazo de entrega;

4.1.4. Cumprir as determinações do fiscal ou gestor contratual e prestar esclarecimentos sempre que solicitado;

4.1.5. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os bens que apresentarem defeitos;

4.1.6. Responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros;

4.1.7. Apresentar documentação comprobatória de regularidade fiscal, quando não for possível sua verificação no SICAF;

4.1.8. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;

4.1.9. Comunicar ao fiscal contratual qualquer ocorrência relevante na execução;

4.1.10. Suspender atividades, quando determinado pelo Contratante, por risco ou execução inadequada;

4.1.11. Manter as condições de habilitação durante toda a vigência contratual;

4.1.12. Cumprir as normas relativas à reserva legal de cargos;

4.1.13. Comprovar ao Contratante o atendimento das reservas de vagas, quando solicitado;

4.1.14. Manter sigilo sobre informações obtidas em razão da execução contratual;

4.1.15. Arcar com eventuais ônus decorrentes de falhas na composição da proposta, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

4.1.16. Cumprir normas internas de segurança;

- 4.1.17. Fornecer equipe e materiais adequados à execução contratual;
- 4.1.18. Observar a Lei Geral de Proteção de Dados;
- 4.1.19. Executar os serviços conforme normas aplicáveis, mantendo o local limpo, seguro e organizado;
- 4.1.20. Submeter previamente qualquer alteração de método executivo;
- 4.1.21. Observar integralmente a legislação trabalhista, especialmente no que se refere à proibição de trabalho infantil, trabalho em condições degradantes, trabalho forçado ou jornadas exaustivas;
- 4.1.22. Dar tratamento adequado a denúncias de discriminação, assédio ou violência no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando concluídas as obrigações de ambas as partes, ainda que antes do prazo previsto.
- 5.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo, a Administração poderá prorrogar a vigência mediante termo aditivo para conclusão do objeto.
- 5.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa do Contratado:
  - 5.3.1. este ficará em mora e sujeito às sanções legais;
  - 5.3.2. a Administração poderá extinguir a contratação, adotando as medidas necessárias à continuidade do objeto.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antecipadamente por motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 ou por acordo entre as partes, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
  - 5.4.1. Aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma lei.
  - 5.4.2. Alterações societárias não ensejarão extinção, salvo se prejudicarem a execução.
    - 5.4.2.1. Havendo mudança da pessoa jurídica, deverá ser firmado termo aditivo.
- 5.5. O termo de extinção deverá conter, sempre que possível:
  - 5.5.1. balanço das etapas cumpridas;
  - 5.5.2. relação dos pagamentos efetuados e pendentes;
  - 5.5.3. indenizações e multas devidas.
- 5.6. A extinção não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, sendo cabível indenização mediante termo específico.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso seja constatado conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Contratante conforme a Lei nº 14.133/2021, normas federais pertinentes e, subsidiariamente, o Código de Defesa do Consumidor e os princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

- 7.1. As alterações contratuais observarão o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. O Contratado deverá aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% do valor inicial atualizado.
- 7.3. Supressões resultantes de acordo entre as partes poderão exceder esse limite.
- 7.4. As alterações serão formalizadas por termo aditivo, com prévia aprovação da consultoria jurídica, salvo na hipótese de necessidade urgente de antecipação dos efeitos, ocasião em que o aditivo deverá ser formalizado em até 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não configurem alteração contratual poderão ser realizados por apostila, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## 8. FORO

- 8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Pará, Subseção de Altamira – PA, para dirimir os litígios decorrentes da execução contratual não resolvidos administrativamente.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20..... , bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IAN CARLOS AIRES SARAIVA**

Encarregado do setor de material



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 15:37:26.*

**CELSO AUGUSTO CARVALHO SAMPAIO**

Ordenador de Despesas



*Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 19:12:10.*